



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE
CONFLITOS (NUPEMEC)

Reunião Justiça Restaurativa do dia 05 de junho de 2023.

**ATA DE REUNIÃO
Nº 01/2023**

Data: 05/06/2023

Horário: 11 as 12 h

Local: Plataforma TEAMS

Participantes: Claudia Maria Ferreira de Souza, Patrícia Glycerio, Juíza Adriana Valentim Andrade do Nascimento, Juíza Cláudia Márcia Gonçalves Vidal, Juíza Lucia Mothe Glioche, Juiz André Tredinnick, Juíza Teresa Donatti, Mia Schneider, Renata Fernandes Cunha Velloso, Cristiana Pereira Baptista, Fernanda Pradal, Cristiane de Castro Melo, Renata Fernandes de Araújo

Iniciando a reunião, a Coordenadora- Geral do NUPEMEC, Cláudia Maria Ferreira de Souza retoma a sugestão apresentada na última reunião para divisão em 3 grupos de trabalho, a saber: Violência Doméstica; Infância e Criminal. A proposta é que os grupos possam se reunir e propor atividades/projetos a serem organizados no âmbito da Justiça Restaurativa, os quais depois serão apresentados nas reuniões gerais.

Conforme inscrições no chat, os grupos ficaram com a seguinte composição:

1) Infância:(nessa temática está incluída a questão educacional): Juíza Adriana Valentim, Juíza Rosana França, Renata Fernandes, Renata Veloso, Cristiana Baptista

2) Criminal: Juíza Claudia Márcia e Juíza Tereza Donati

3) Violência Doméstica: Juiz André Tredinick e Cristiana Baptista

Poderão, ao longo das reuniões, outros membros serem incluídos nos grupos, de acordo com o interesse e disponibilidade.

Conforme indagado, Cláudia reafirma que o objetivo do presente grupo de trabalho é a sistematização da Justiça Restaurativa (JR) no TJRJ. O Nupemec está mapeando os projetos em andamento. Nesse sentido, informa que foi enviado um formulário aos Juízes de Cejusc para o levantamento de informações sobre projetos em JR.

Sobre a questão da estatística, é destacada uma reunião, recentemente organizada pelo Comitê Gestor Nacional com representantes de todos os Tribunais de Justiça a fim de alinhar os procedimentos de estatística. O Comitê

planeja implementar modificações na coleta dos dados estatísticos e para tal pretende ouvir os tribunais. Conforme foi observado, na planilha do CNJ, não consta nenhum lançamento de atividades de JR no Rio de Janeiro. Será enviado o link dessa reunião para quem desejar acessar a gravação. Foi destacada a importância do lançamento correto das atividades realizadas pelos CEJUSCs, de acordo com os códigos propostos pelo CNJ. Foi colocado que como os CEJUSCs tem pouca ou nenhuma estrutura administrativa, há extrema dificuldades em lançar a estatística, e por vezes o lançamento é realizado como atividades da Vara e não do CEJUSC. Cláudia pondera que desta forma, o Cejusc fica com baixa estatística, o que não retrata o importante trabalho realizado nos Cejuscs. Claudia expõe que o Nupemec está sendo instado a fechar Cejuscs e a ausência de dados estatísticos interfere negativamente na defesa de sua permanência. Cláudia informa que há um manual sobre o tema, destacando que uma grande dificuldade tem sido o uso do sistema PJE pelos CEJUSCs .

Ainda sobre a questão da estatística, foi sugerido o agendamento de reunião com os Cejuscs que realizam atividades em JR para possibilitar o saneamento da dúvidas e padronização dos lançamentos das atividades de JR , bem como organização de algum manual específico.

Foi ressaltada a importância da serem mantidas as características da JR nas atividades de modo que as práticas sejam organizadas de forma a manter unidade e coerência. Nesse sentido, foi destacada a relevância deste grupo para seguirmos pensando, planejando e propondo a organização das atividades de forma coerente aos preceitos da JR. O alinhamento das formações em JR surgiu como uma preocupação. Cláudia informa sobre a criação da Escola de Mediação para referenciar os cursos de capacitação e aprofundamento para os facilitadores da Justiça Restaurativa, destacando a possibilidade da atuação de Juízes e servidores do TJRJ como instrutores.

Houve a publicação uma chamada de facilitadores (Aviso Nupemec02/2023) para buscar pessoas já capacitadas com disponibilidade em colaborar nas atividades a serem desenvolvidas. Além dos cerca 30 voluntários que se apresentaram a partir da chamada, há a turma de 23 facilitadores que está concluindo a formação coordenada pelo prof Célia Passos, aqui no TJRJ. Esses 23 alunos, como contrapartida à gratuidade do curso, disponibilizarão 30 horas de trabalho voluntário. Desta forma, os facilitadores poderão ser inseridos em projetos desenvolvidos nos CEJUSCs , conforme formos organizando aqui no grupo.

Por fim, é exposto que alguns Cejuscs especializados foram instalados sem terem sido efetivamente criados, causando uma inconsistência procedimental. A situação esta sob a análise da Presidência. O entendimento da administração superior é que não devem ser criados Cejuscs específicos em JR sem antes existir uma demanda consolidada. A ideia é que as atividades de JR sejam desenvolvidas aproveitando-se a estrutura dos CEJUSCs , em núcleos de JR. A exceção seria o da Infância e juventude com matéria infracional. Posteriormente havendo fluxo e estatística, será analisada a viabilidade de criação de Cejuscs especializados.

Dra. Tereza Donati informa que já tem casos a serem encaminhados e irá propor o aditamento no convênio da PUC para a inclusão da Justiça Restaurativa no PASCE.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião,

| Deliberações | Responsável |
|---|---------------------|
| Marcar reunião cejuscs JR para tratar de estatística | SEAJU |
| Envio do link da reunião CNJ sobre estatística | SEAJU |
| Propor aditamento do convênio PASCE pra contemplar atividades de Justiça restaurativa | Dra. Tereza Donatti |
| | |

Eu, Patrícia Glycerio R. Pinho mat. 01/21795, digitei e subscrevo de ordem superior.

Patrícia Glycerio R. Pinho

